Revista Eletrônica ACERVO CIENTÍFICO
ISSN 2595-7899

Impactos da COVID-19 na saúde mental infantojuvenil e na rede de atenção psicossocial

Impacts of COVID-19 on child and adolescent mental health and on the psychosocial care network

Impactos de la COVID-19 en la salud mental infantil y juvenil y en la red de atención psicosocial

Carlos Daniel Soares de Sousa[1], Erick Wittor Rodrigues Vieira[1], Rodrigo Eduardo Lopes Costa[1], Tunaya de Sousa Bezerra[1], Idalina Campina Santana de Oliveira[1], Rebeca Rocha da Silva Soares Cavalcante[1], Lucas Lopes Sousa[1], Valeska Marlla Dantas de Medeiros[1], Giovana Aragão Viana Batinga Chaves[2], Everson Vagner de Lucena Santos[1].

RESUMO

Objetivo: Analisar os casos notificados de morbidade hospitalar por transtornos mentais e comportamentais no Sistema Único de Saúde (SUS) entre 2015-2017 (período pré-pandêmico) e 2023-2025 (período pós-pandêmico, sendo dados preliminares de 2025), com foco nas faixas etárias de 1 a 19 anos e nas diferentes regiões do país. **Métodos:** A pesquisa utilizou dados secundários do Sistema de Informações Hospitalares (SIH/SUS), com abordagem documental e quantitativa. **Resultados:** Observou-se maior incidência entre adolescentes de 15 a 19 anos, totalizando mais de 21 milhões de casos no período pré-pandemia, e um aumento expressivo para mais de 25 milhões de casos no período pós-pandemia, sobretudo nas regiões Sul e Sudeste, que concentram a maior parte das notificações. A pandemia agravou fatores como isolamento social, uso intensivo de redes sociais e restrições de serviços de saúde mental, contribuindo para o aumento de casos graves que demandaram internações. A maior concentração dos casos em regiões com melhor infraestrutura revela desigualdades no acesso ao diagnóstico e tratamento. **Conclusão:** Conclui-se que o enfrentamento dos transtornos mentais em crianças e adolescentes exige políticas intersetoriais, ampliação da atenção psicossocial e acesso qualificado a serviços especializados.

Palavras-chave: Adolescência, Morbidade hospitalar, Transtornos mentais.

ABSTRACT

Objective: To analyze reported cases of hospital morbidity due to mental and behavioral disorders in the Unified Health System (SUS) between 2015–2017 (pre-pandemic period) and 2023–2025 (post-pandemic period, with preliminary data from 2025), focusing on the age groups from 1 to 19 years and in different regions of the country. **Methods:** The research used secondary data from the Hospital Information System (SIH/SUS), with a documentary and quantitative approach. **Results:** The highest incidence was observed

[1] Centro Universitário de Patos (UNIFIP), Patos - PB.
[2] Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), João Pessoa - PB.

SUBMETIDO EM: 8/2025 | **ACEITO EM: 9/2025** | **PUBLICADO EM: 10/2025**

among adolescents aged 15 to 19, totaling more than 21 million cases in the pre-pandemic period, and a significant increase to more than 25 million cases in the post-pandemic period, especially in the South and Southeast regions, which account for the majority of reports. The pandemic exacerbated factors such as social isolation, heavy use of social media, and restrictions on mental health services, contributing to the increase in severe cases requiring hospitalization. The higher concentration of cases in regions with better infrastructure highlights inequalities in access to diagnosis and treatment. **Conclusion:** It is concluded that tackling mental disorders in children and adolescents requires intersectoral policies, expanded psychosocial care, and qualified access to specialized services.

Keywords: Adolescence, Hospital morbidity, Mental disorders.

RESUMEN

Objetivo: Analizar los casos notificados de morbilidad hospitalaria por trastornos mentales y del comportamiento en el Sistema Único de Salud (SUS) en el período 2015–2017 (período prepandémico) y 2023–2025 (período pospandémico, con datos preliminares de 2025), con foco en los grupos de edad de 1 a 19 años y en diferentes regiones del país. **Métodos:** La investigación utilizó datos secundarios del Sistema de Información Hospitalaria (SIH/SUS), con enfoque documental y cuantitativo. **Resultados:** La mayor incidencia se observó en adolescentes de 15 a 19 años, con un total de más de 21 millones de casos en el período prepandémico, y un aumento significativo, superando los 25 millones de casos, en el período pospandémico, especialmente en las regiones Sur y Sudeste, que concentran la mayoría de los informes. La pandemia exacerbó factores como el aislamiento social, el uso intensivo de redes sociales y las restricciones en los servicios de salud mental, lo que contribuyó al aumento de casos graves que requieren hospitalización. La mayor concentración de casos en regiones con mejor infraestructura pone de relieve las desigualdades en el acceso al diagnóstico y al tratamiento. **Conclusión:** Se concluye que el abordaje de los trastornos mentales en niños y adolescentes requiere políticas intersectoriales, atención psicosocial ampliada y acceso calificado a servicios especializados.

Palabras clave: Adolescencia, Morbilidad hospitalaria, Trastornos mentales**.**

INTRODUÇÃO

Os transtornos mentais entre crianças e adolescentes têm se consolidado como uma das mais preocupantes questões de saúde pública global, especialmente em contextos marcados por crises sanitárias e sociais. A Organização Mundial da Saúde (OMS) destaca que metade dos transtornos mentais se inicia antes dos 14 anos de idade, sendo que muitos casos permanecem não diagnosticados ou sem tratamento adequado, agravando-se ao longo da vida. No cenário pós-pandêmico, essa situação se intensificou, com relatos crescentes de ansiedade, depressão e comportamentos auto lesivos entre os jovens, muitas vezes invisibilizados pelas lacunas da assistência em saúde mental (LOADES ME, et al., 2020).

No Brasil, os dados de morbidade hospitalar do Sistema Único de Saúde (SUS) refletem, em parte, a dimensão dessa problemática. Segundo levantamento da Sociedade Brasileira de Pediatria (2019), as internações hospitalares de adolescentes com idade entre 10 e 14 anos motivadas por doenças mentais e comportamentais aumentaram significativamente nos últimos anos. Esse aumento pode estar relacionado à maior prevalência de transtornos como a depressão, além de uma possível maior procura por assistência ou aperfeiçoamento das notificações (SILVA ER, et al., 2025).

Apesar dos esforços empreendidos para fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), persistem desafios relacionados à cobertura, ao acesso oportuno e à qualidade dos atendimentos voltados ao público infantojuvenil. A RAPS é constituída por um conjunto integrado e articulado de diferentes pontos de atenção para atender pessoas em sofrimento psíquico e com necessidades decorrentes do uso prejudicial de álcool e outras drogas, no âmbito do SUS, com estabelecimento de ações intersetoriais para garantir a

integralidade do cuidado. A assistência em saúde mental no Brasil envolve o Governo Federal, Estados e Municípios. Os atendimentos em saúde mental são realizados na Atenção Primária à Saúde (APS) e nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), onde o usuário recebe assistência multiprofissional e cuidado terapêutico conforme a situação de cada pessoa. Em algumas modalidades desses serviços também há possibilidade de acolhimento noturno e/ou cuidado contínuo em situações de maior complexidade (BRASIL, 2022).

No entanto, há lacunas na oferta do serviço conforme a região; por exemplo, Acre, Roraima e Tocantins não contam com nenhuma unidade. Mesmo em estados como São Paulo, que reúne 79 CAPS infantojuvenis habilitados e 37 em processo de habilitação, a demanda é muito grande.

Nesse sentido, torna-se fundamental a realização de estudos que analisem os dados de internação hospitalar por transtornos mentais ao longo dos últimos anos, com o intuito de identificar tendências, padrões e lacunas no cuidado ofertado à população jovem. Este artigo tem como objetivo analisar a morbidade hospitalar no SUS por local de internação no Brasil entre os anos de 2015- 2017 (periodo pré-pandêmico) e 2023-2025 (periodo pós-pandêmico, sendo dados preliminaries do ano 2025), com ênfase nos reflexos da pandemia da COVID-19 sobre os transtornos mentais em crianças e adolescentes e suas repercussões na Rede de Atenção Psicossocial.

MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem quantitativa, de natureza documental e retrospectiva, fundamentada na análise de dados secundários disponíveis publicamente no Sistema de Informações Hospitalares (SIH/SUS), acessados por meio da plataforma TABNET/DATASUS, mantida pelo Ministério da Saúde do Brasil.

Foram incluídos na análise todos os registros de morbidade hospitalar por transtornos mentais e comportamentais (CID-10: F00-F99) notificados no SIH/SUS, referentes à população de 1 a 19 anos, durante os períodos selecionados. Optou-se por abranger todas as regiões geográficas do Brasil, assegurando representatividade nacional. Casos de outras faixas etárias, diagnósticos incompletos ou inconsistentes, e registros duplicados foram excluídos da análise, a fim de evitar vieses nos resultados.

O recorte temporal contemplou os anos de 2015 a 2017 como período pré-pandêmico, visando estabelecer uma linha de base estável anterior ao impacto da COVID-19. Já o intervalo de 2023 a 2025 foi definido como período pós-pandêmico, possibilitando avaliar tendências após a fase aguda da crise sanitária.

Ressalta-se que os dados de 2025 são preliminares, mas foram considerados relevantes para fornecer uma visão mais atualizada da evolução dos casos. Essa escolha permitiu contrastar um período prévio relativamente estável em termos de políticas de saúde mental com outro marcado por mudanças significativas decorrentes da pandemia, tanto nos determinantes sociais quanto na organização da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

A coleta foi realizada entre fevereiro e maio de 2025, em laboratório de informática de um curso de Medicina do interior do estado da Paraíba - Brasil, com apoio metodológico docente. Por tratar-se de dados secundários, de domínio público, não identificáveis e sem intervenção direta em seres humanos, este estudo encontra-se isento de apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa, em conformidade com a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS

A análise dos dados apresentados mostra uma baixa adesão no número de casos notificados sobre mobilidade hospitalar no sus por local de internação no Brasil, entre os anos de 2015 e 2017, o qual concentra-se na faixa etária de 15 a 19 anos, totalizando 21.003.818 registros relatados. Logo em seguida, a faixa de 10 a 14 anos apresenta 3.143.279 número de casos, evidenciando uma predominância de notificações em adolescentes em transição. As faixas etárias com menor incidência foram as de 1 a 4 anos, o que pode estar relacionado a imaturidade neurológica, dificuldade diagnóstica e maior suporte familiar.

Tabela 1 - Morbidade Hospitalar do SUS por faixa etária e local de internação no Brasil (2015-2017).

Região	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	Total
Região Norte	13.655,86	41.072,82	63.187,18	464.676,2	582.592,1
Região Nordeste	29.877,48	61.850,53	391.287,3	4.454.008	4.937.023
Região Sudeste	248.951,9	235.423,2	1.160.424	7.050.379	8.695.179
Região Sul	44.251,98	130.893,5	1.321.630	7.529.140	9.025.915
Região Centro-Oeste	13.456,41	51.857,68	206.749,9	1.505.615	1.777.679
Total	350.193,7	521.097,7	3.143.279	21.003.818	25.018.388

Fonte: Sousa CDS, et al., 2025. Dados do Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS).

No que diz respeito à distribuição por regiões do país, a região sul se destaca com o maior número absoluto de notificações (9.025.915 casos), seguida pela região sudeste (8.695.179 casos). Diante disso, é visto que o alto número de casos é reflexo de uma maior concentração populacional, sendo as regiões mais populosas do país, e a disponibilidade de recursos, profissionais qualificados e estruturas adequadas para identificar e diagnosticar transtornos de forma precisa nessas localidades.

Em contrapartida, as regiões Norte (582.592,1 casos) e Centro-Oeste (1.777.679 casos) apresentaram índices menos significativos, devido a limitada infraestrutura de saúde mental, à escassez de profissionais especializados e à menor efetividade dos serviços de saúde, o que dificulta tanto o diagnóstico precoce quanto o registro adequado dos casos.

A visualização da distribuição de casos por faixa etária reforça a concentração de casos na faixa etária de 15 a 19 anos. Esse perfil etário sugere a necessidade de ações específicas de prevenção e rastreamento voltadas às crianças e adolescentes, sobretudo em centros urbanos.

Os dados mencionados oferecem subsídios concretos para embasar projetos que envolvam políticas públicas de saúde mental voltadas para crianças e adolescentes. Ao evidenciar também a frequência dos casos, é possível direcionar os recursos às regiões mais afetadas e faixas etárias mais vulneráveis.

Em segunda análise, é visto um aumento significativo no número de casos de internação envolvendo transtornos mentais em adolescentes após a pandemia da COVID-19 tem gerado sinais de alerta em profissionais da saúde. O período em que houve isolamento social, interrupção de atividades cotidianas e as incertezas oriundas da crise contribuíram para o agravamento da saúde mental de vários jovens.

Tabela 2 - Morbidade Hospitalar do SUS por faixa etária e local de internação no Brasil (2023 – 2025*).

Região	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	Total
Região Norte	4.688,78	31.514,79	115.172,9	571.948	723.324,4
Região Nordeste	42.273,3	57.913,42	406.364,5	4.154.628	4.661.180
Região Sudeste	147.107,9	252.519,4	1.575.557	8.109.585	10.084.768
Região Sul	20.454,76	284.871,4	3.086.999	10.318.949	13.711.275
Região Centro-Oeste	26.970,8	44.417,5	212.775,9	2.049.789	2.333.953
Total	241.495,5	671.236,4	5.396.869	25.204.899	31.514.500

* 2025: dados preliminares.

Fonte: Sousa CDS, et al., 2025. Dados do Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS).

A visualização dos dados notificados, com recorte nos anos de 2023 a 2025, revela um panorama epidemiológico preocupante sobre os transtornos mentais e comportamentais no Brasil após o período de pandemia, especialmente no perfil etário de 10 a 19 anos. A maior parte dos casos está concentrada nas faixas etárias de 15 a 19 anos (25.204.899 casos), e em seguida para a faixa de 10 a 14 anos (5.396.869 casos), que juntas somam mais de 30 milhões de casos notificados ao Ministério da Saúde, no período de janeiro de 2023 a fevereiro de 2025. A região sul lidera os valores totais de internação, seguido pelas regiões sudeste e nordeste, respectivamente, sugerindo uma maior demanda por atendimentos nessas

localidades. Os dados refletem um aumento expressivo à medida em que os adolescentes se desenvolvem, possivelmente por sequelas acumuladas dos efeitos gerados pela pandemia.

Embora possuam um número absoluto de casos que as demais, as regiões sudeste e sul (23.796.043 casos) são dispostas de uma rede de atenção psicossocial mais bem articulada e equipada, refletindo em uma maior capacidade de diagnóstico e melhor manejo dos transtornos mentais nos adolescentes, com leitos psiquiátricos em hospitais locais e especializados, além de um contingente maior de profissionais da área, como psiquiatras e psicólogos.

DISCUSSÃO

A comparação entre os dados e a literatura permite investigar os fatores que influenciaram a alta incidência, como a pandemia, por exemplo, que agravou diversos determinantes da saúde mental nos adolescentes, com faixa etária de 10 a 19 anos. Segundo Loades ME, et al. (2020), o isolamento social e o fechamento das escolas privaram adolescentes e pré-adolescentes do convívio com amigos e familiares menos próximos, eliminando redes de apoio e suporte importantes e rotinas diárias que auxiliam na regulação do humor e estresse gerado pelo medo da doença. Os estudos de Fegert JM, et al. (2020) e Marques ES, et al. (2020) também destaca que, além da solidão, as incertezas econômicas e o aumento dos conflitos familiares durante toda a jornada diária contribuíram para o aumento dos transtornos mentais.

Além disso, muitos programas de auxílio a problemas de saúde mental foram suspensos ou funcionavam de maneira remota. Com isso, o acesso preventivo a intervenções de baixo custo ficou ainda mais limitado, aliado a ausência de atividade física regulares durante este período, reconhecida como uma estratégia eficaz para lidar com o estresse, são fatores que contribuíram para um aumento de quase 25% dos casos, especialmente entre adolescentes em situações de vulnerabilidade.

O uso intenso de redes sociais, na tentativa de compensar a perca das relações interpessoais presenciais, expuseram os jovens a comparações constantes e notícias sensacionalista com frequência, que não só elevaram a prevalência de casos de ansiedade e depressão em adolescentes, mas também fizeram com que quadros leves e de simples tratamento agravassem para casos clínicos com crises graves que só puderam ser controladas por internações.

De acordo com Király O, et al. (2020), em sua extensa pesquisa sobre a prevenção do uso problemático da internet durante a pandemia da COVID-19, afirma que, o envolvimento excessivo em atividades online específicas, como jogos de azar, visualização de pornografia, jogos de vídeo, uso de mídia social e compras, pode levar a problemas graves e aumentar o risco de uso desordenado ou viciante.

Após o período pandêmico, o Brasil diversificou e ampliou os Centro de Atenção Psicossocial (Brasil, sd), que são serviços integrados do Sistema Único e Saúde, o qual integrou psicólogos e psiquiatras na rede de atenção primária, como constatado na matéria da Associação Médica Brasileira (2023), informatizados pela Agência Brasil. Em paralelo, o crescimento da telepsiquiatria ganharam papel central no acesso ao cuidado, sobretudo em regiões mais remotas, permitindo um suporte imediato ao problema em questão.

Para dar suporte a essa iniciativa, foram intensificadas ações de capacitação de toda a equipe multiprofissional, que garante a atualização constante destes profissionais, sujeitos a diversos problemas de maneira imprevisível. Também, foram subsidiados programas de promoção da saúde mental nas escolas e rede sociais que incentivaram crianças e adolescentes a procurarem ajuda enquanto estivesse nos primeiros sinais de sofrimento, antes que fosse necessário possíveis internações.

Por fim, a integrações do sistema de SIH/SUS com painéis de rede psicossocial, ocorridas após a pandemia, mostrou a possibilidade de ajuste rápido de leitos e equipes conforme a demanda, influenciando na maior flexibilidade da rede. Essas ações em conjunto foram responsáveis por ampliação do diagnóstico antes que o quadro se agrave, mantendo um cuidado constante, a fim de que haja redução do tempo de internação e prevenindo quadros graves em adolescentes.

Contudo, os achados deste estudo evidenciam um aumento expressivo nas internações hospitalares por transtornos mentais e comportamentais entre adolescentes no Brasil no período pós-pandemia (2023–2025), sobretudo nas faixas etárias de 10 a 19 anos. Esse aumento contrasta com as conclusões de Carvalho CN, et al. (2020), que, ao analisarem séries temporais de janeiro de 2008 a julho de 2021, observaram uma redução de aproximadamente 8% nas hospitalizações por transtornos mentais durante o auge da pandemia, atribuída à restrição de internações psiquiátricas e à priorização de leitos para COVID-19. O cenário atual sugere não apenas a retomada de atendimentos represados, mas também a manifestação de um impacto acumulado das condições psicossociais adversas vivenciadas no período pandêmico.

Racine N, et al. (2021), em meta-análise envolvendo 29 estudos internacionais, estimaram que as prevalências de sintomas depressivos (25,2%) e ansiosos (20,5%) em crianças e adolescentes durante a pandemia praticamente dobraram em relação aos níveis pré-pandêmicos. No Brasil, Zuccolo PF, et al. (2022) identificaram em estudo longitudinal que 29,7% dos adolescentes apresentavam sintomas de ansiedade e 36,1% sintomas depressivos, com persistência de altos índices ao longo do tempo. Esses números reforçam que o sofrimento mental juvenil é uma consequência direta e prolongada do contexto pandêmico.

Em nível regional, Häfele CA, et al. (2024) encontraram prevalências de ansiedade e depressão moderadas ou severas em 34,3% e 24,3% de estudantes no sul do Brasil, sugerindo que as desigualdades socioeconômicas e a oferta diferenciada de serviços de saúde mental afetam a detecção e o manejo desses transtornos. A maior concentração de internações nas regiões Sul e Sudeste, observada no presente estudo, pode estar relacionada tanto à maior densidade populacional e disponibilidade de recursos quanto à maior capacidade diagnóstica e de registro, como apontam Razzouk D, et al. (2020).

O isolamento social, o fechamento prolongado das escolas e a ruptura das redes de apoio presenciais foram determinantes significativos para o agravamento do sofrimento psicológico juvenil. Estudos como o de Racine N, et al. (2021) e Zuccolo PF, et al. (2022) evidenciam que a ausência de contato com pares, combinada a fatores como insegurança econômica e aumento de conflitos familiares, contribuiu para o aumento da vulnerabilidade emocional dos adolescentes. Além disso, a limitação de atividades físicas e recreativas, amplamente reconhecidas como protetoras da saúde mental, intensificou os riscos.

Outro fator relevante foi o uso excessivo de mídias digitais e redes sociais como estratégia de compensação para a perda de interações presenciais. Draženović M e Rukavina TV (2021) destacam que o uso prolongado e não regulado dessas plataformas durante a pandemia esteve fortemente associado ao aumento de sintomas de ansiedade, depressão e estresse, além de prejudicar hábitos de sono e estudo. Marciano L, et al. (2022), em revisão sistemática e meta-análise, apontam que, embora o uso das mídias digitais possa proporcionar suporte social, ele também intensifica a comparação social negativa e a exposição a conteúdos prejudiciais.

Internacionalmente, o aumento das internações psiquiátricas pós-pandemia também foi observado em países como Canadá, Estados Unidos e Reino Unido, com destaque para a maior incidência entre adolescentes do sexo feminino, conforme apontam Odgers CL e Jensen M (2020). Essas tendências reforçam a necessidade de estratégias globais adaptadas às realidades locais.

No Brasil, a Rede de Atenção Psicossocial mostrou avanços importantes nas últimas décadas, com a expansão dos Centros de Atenção Psicossocial e a consolidação de serviços substitutivos ao modelo hospitalocêntrico, conforme descrito por Razzouk D, et al. (2020). No entanto, a cobertura ainda é desigual, e estados como Acre, Roraima e Tocantins carecem de CAPS infantojuvenis, dificultando o acesso a cuidados especializados. A telepsiquiatria emergiu como alternativa viável durante o isolamento. Odgers CL e Jensen M (2020) afirmam que a modalidade apresenta eficácia comparável à presencial para diversos transtornos, ampliando o alcance do cuidado em regiões remotas. No entanto, sua integração plena ao SUS e a adaptação para o atendimento infantojuvenil exigem regulamentação, capacitação profissional e investimentos em infraestrutura digital.

Este estudo, baseado em dados secundários do SIH/SUS, está sujeito a limitações como subnotificação, variações nos critérios diagnósticos e diferenças na qualidade dos registros entre regiões. Além disso, a análise comparativa entre períodos pré e pós-pandemia pode ser influenciada por mudanças nos fluxos de atendimento, nos critérios de internação e nas políticas de registro.

CONCLUSÃO

Os achados deste estudo evidenciam um aumento expressivo da morbidade hospitalar por transtornos mentais e comportamentais em crianças e adolescentes no período pós-pandemia (2023–2025), em comparação ao pré-pandemia (2015–2017). Esse crescimento foi mais acentuado entre adolescentes de 15 a 19 anos e concentrou-se nas regiões Sul e Sudeste, que, apesar de apresentarem maior disponibilidade de recursos e serviços, também revelam desigualdades de acesso em relação às demais regiões do país. O trabalho contribui ao oferecer uma análise comparativa inédita entre os dois períodos, fornecendo subsídios importantes para o planejamento de políticas públicas de saúde mental voltadas ao público infantojuvenil, além de destacar a necessidade de fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial, da ampliação da cobertura de serviços especializados e da implementação de estratégias intersetoriais de prevenção, diagnóstico precoce e cuidado integral.

Entre as limitações metodológicas, ressaltam-se a utilização de dados secundários sujeitos a subnotificação e inconsistências regionais, bem como o uso de informações preliminares de 2025, que ainda podem sofrer ajustes, além das diferenças na capacidade de registro entre estados que dificultam a plena comparabilidade. Recomenda-se, para futuras pesquisas, a realização de estudos longitudinais que acompanhem coortes de crianças e adolescentes, bem como investigações qualitativas que explorem percepções de famílias, profissionais e gestores sobre as mudanças no cuidado pós-pandemia. Sugere-se ainda análises comparativas em outros países da América Latina, de modo a identificar especificidades regionais e estratégias eficazes de enfrentamento. Conclui-se que o enfrentamento dos transtornos mentais infantojuvenis no Brasil requer o fortalecimento das políticas de saúde mental, a ampliação do acesso equitativo e qualificado aos serviços da RAPS e a integração com políticas educacionais e sociais, visando mitigar os impactos prolongados da pandemia e reduzir desigualdades que afetam a juventude brasileira.

REFERÊNCIAS

1. ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA. Ministério da Saúde lança iniciativas para saúde mental pelo SUS. Brasília, 2023. Disponível em: <https://amb.org.br/brasilia-urgente/ministerio-da-saude-lanca-iniciativas-para-saude-mental-pelo-sus/>. Acesso em: 01 maio 2025.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Instrutivo técnico da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/instrutivo_tecnico_raps_sus.pdf>. Acesso em: 14 maio 2025.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Brasília: Ministério da Saúde, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/desmad/raps>. Acesso em: 27 abril 2025.
4. CARVALHO CN, et al. The covid-19 pandemic and hospital morbidity due to mental and behavioral disorders in Brazil: an interrupted time series analysis, from January 2008 to July 2021. *Epidemiol Serv Saúde*. 2023;32(1):e2022547.
5. DRAŽENOVIĆ M, RUKAVINA TV. Impact of social media use on mental health within adolescent and student populations during COVID-19 pandemic: review. *JMIR Ment Health*. 2021;8(9):e31208.
6. FEGERT, Jörg M. et al. Challenges and burden of the Coronavirus 2019 (COVID-19) pandemic for child and adolescent mental health: a narrative review to highlight clinical and research needs in the acute phase and the long return to normality. Child and adolescent psychiatry and mental health, 2020; v. 14, p. 1-11.

7. HÄFELE CA, et al. Prevalence of depression and anxiety and associated factors among students in southern Brazil: results from Respire study. ABCS Health Sciences. 2024 Jun; 49:e024210.
8. KIRÁLY O, et al. Preventing problematic internet use during the COVID-19 pandemic: Consensus guidance. Comprehensive psychiatry, 2020; v. 100, p. 152180.
9. LOADES ME, et al. Rapid systematic review: the impact of social isolation and loneliness on the mental health of children and adolescents in the context of COVID-19. Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry, 2020; v. 59, n. 11, p. 1218-1239.
10. MARCIANO L, et al. Digital media use and adolescents' mental health during the COVID-19 pandemic: a systematic review and meta-analysis. *Front Public Health*. 2022; 9:793868.
11. MARQUES ES, et al. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. Cadernos de Saúde Pública, 2020, 36: e00074420.
12. ODGERS CL, JENSEN M. Adolescent mental health in the digital age: facts, fears, and future directions. *J Child Psychol Psychiatry*. 2020;61(3):336-48.
13. RACINE N, et al. Global prevalence of depressive and anxiety symptoms in children and adolescents during COVID-19: a meta-analysis. *JAMA Pediatr*. 2021;175(11):1142-50.
14. RAZZOUK D, et al. Community-based mental health services in Brazil. *Consortium-Psy*. 2020;1(1):1-20.
15. SILVA ERS, et al. O impacto da pandemia da COVID-19 na saúde mental dos jovens brasileiros: desafios e perspectivas. Revista FT, 2025, v. 29, n. 145.
16. SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Hospitalização de adolescentes por transtornos mentais aumenta e preocupa pediatras. 14 out. 2019. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/hospitalizacao-de-adolescentes-por-transtornos-mentais-aumenta-e-preocupa-pediatras/>. Acesso em: 27 abril 2025.
17. ZUCCOLO PF, et al. Children and adolescents' emotional problems during the COVID-19 pandemic in Brazil: longitudinal study. Eur Child Adolesc Psychiatry. 2023 Jun;32(6):1083-95.